

Numa primeira leitura

No primeiro número da revista Primeira Leitura, março de 2002, há uma matéria intitulada Insegurança Pública. A partir de um conjunto de dados e argumentos, a publicação mostra o quanto a gestão de Fernando Henrique Cardoso fracassou no que se refere ao enfrentamento da violência. A esse propósito a matéria cita a antropóloga Alba Zaluar: o governo sabe que o monopólio legítimo da violência do Estado foi desmoralizado pela ação das polícias. Além disso menciona a relação entre o problema da violência e as preocupações de caráter eleitoral e de marketing.

Trata-se de mais um exemplo de que é possível fazer um jornalismo investigativo e responsável no que se refere à abordagem da violência. Ao enfatizar a questão do tráfico de armas, a revista opta por uma investigação estratégica, fazendo ver a importância daquele aspecto na configuração do fenômeno da violência na era atual. Esse recorte evidencia que a mídia está sempre diante de escolhas quando aborda determinado assunto. A mesma violência que proporciona espetáculos e banalização pode gerar reflexões e informações necessárias à intervenção de grupos e indivíduos na realidade.

A matéria relaciona o tratamento dado ao problema da violência às exigências do marketing político diante de ocorrências muito expostas na fachada pública e da candidatura à reeleição presidencial. Identifica casos verificados no Rio e em São Paulo, como os

sequestros, enquanto desencadeadores de medidas, como por exemplo, “o projeto que proibia o comércio de armas foi a resposta ao caso do sequestro e morte da professora Geísa Gonçalves na linha 174, no Rio, em 1999”.

A revista identifica o problema do tráfico de armas como aspecto importante a ser atacado, recordando que o bandido não compra arma na loja. Fica claro também que a eficácia do combate implica na adoção de pactos entre estados, uma vez que o tráfico de armas opera em escala internacional. Para ilustrar a questão é exibida uma fotografia de um “fuzil de fabricação russa, com a insígnia da organização criminosa (PCC)”.

O enfoque da revista, apesar de elogiável no que se refere ao tratamento da questão, repete, em parte, o formato padrão, no que diz respeito aos cenários. Rio de Janeiro e São Paulo são os dois palcos mais revelados pela mídia quando esta trata de questões nacionais. Isto revela uma distribuição desigual no que se refere aos empreendimentos editoriais que se concentram mais no eixo Rio-São Paulo do que nas outras regiões do País. A opção pelos dois cenários indicados coloca à sombra, por exemplo, o problema das rotas e fronteiras, elementos muito importantes para ações criminosas que envolvem tráfico internacional.